

RECURSO ESPECIAL Nº 1.847.702 - SP (2019/0334763-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : **HELIO DE SOUZA - ESPÓLIO**
REPR. POR : **FATIMA STRUZANI - INVENTARIANTE**
ADVOGADOS : **ADRIANA COUTINHO PINTO - SP201531**
 ANA CAROLINA DOS SANTOS - SP328693
 SÉRGIO GONINI BENÍCIO E OUTRO(S) - SP195470
 JAQUELINE CANDIDO BORDIN - SP394947
RECORRIDO : **METRUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL**
ADVOGADOS : **CARLOS RENATO LONEL ALVA SANTOS - SP221004**
 LUCIANA TAGLIATI FOLTRAN E OUTRO(S) - SP314375
AGRAVANTE : **METRUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL**
ADVOGADOS : **CARLOS RENATO LONEL ALVA SANTOS - SP221004**
 LUCIANA TAGLIATI FOLTRAN - SP314375
AGRAVADO : **HELIO DE SOUZA - ESPÓLIO**
REPR. POR : **FATIMA STRUZANI - INVENTARIANTE**
ADVOGADOS : **ADRIANA COUTINHO PINTO - SP201531**
 ANA CAROLINA DOS SANTOS - SP328693
 SÉRGIO GONINI BENÍCIO E OUTRO(S) - SP195470
 JAQUELINE CANDIDO BORDIN - SP394947

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo ESPÓLIO DE HÉLIO DE SOUZA fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ, fl. 330):

PLANO DE SAÚDE - NEGATIVA DE CUSTEIO DE QUIMIOTERÁPICO - ALEGAÇÃO DE USO "OFF LABEL" - INVIABILIDADE - PATHOS COBERTA PELO CONTRATO - EXPRESSA INDICAÇÃO MÉDICA - FÁRMACO REGISTRADO PELA ANVISA - INCIDÊNCIA DA SÚMULA 95 DESTA CORTE - DANO MORAL INEXISTENTE POR MERO PROBLEMA EM CONTRATO - INDENIZAÇÃO AFASTADA - SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA - RECURSO EM PARTE PROVIDO.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados às fls. 426/429.

Em suas razões recursais, a recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, ofensa aos arts. 186, 187, 884 e 927 do CC. Para tanto, sustenta, em

síntese, que "*a injusta recusa do plano de saúde ao fornecimento de tratamento indispensável ao restabelecimento da saúde do recorrente ultrapassa o simples descumprimento contratual e enseja a obrigação de reparar o dano moral causado*" - (fl. 359).

É o relatório. Passo a decidir.

Segundo a orientação jurisprudencial desta Corte, o simples inadimplemento contratual não gera, em regra, danos morais, por caracterizar mero aborrecimento, dissabor, envolvendo controvérsia possível de surgir em qualquer relação negocial, sendo fato comum e previsível na vida social, embora não desejável nos negócios contratados.

Com efeito, "*a verificação do dano moral não reside exatamente na simples ocorrência do ilícito, de sorte que nem todo ato desconforme o ordenamento jurídico enseja indenização por dano moral. O importante é que o ato ilícito seja capaz de irradiar-se para a esfera da dignidade da pessoa, ofendendo-a de maneira relevante. Daí porque doutrina e jurisprudência têm afirmado, de forma uníssona, que o mero inadimplemento contratual - que é um ato ilícito - não se revela, por si só, bastante para gerar dano moral*" (AgRg no REsp 1.269.246/RS, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA**, julgado em 20/05/2014, DJe de 27/05/2014).

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL. DANO MORAL. PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE COBERTURA. INDENIZAÇÃO. NEGATIVA. SÚMULA Nº 83 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. INVERSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. É firme a orientação do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que o simples descumprimento de cláusula contratual controvertida não gera dano moral. Precedentes.

3. Na hipótese, as instâncias ordinárias afastaram o pleito indenizatório porque o caso dos autos não teria ultrapassado o mero inadimplemento contratual. Rever tal entendimento exigiria o vedado reexame de provas, atraindo o disposto na Súmula nº 7/STJ.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1709952/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/12/2018, DJe 1º/2/2019)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE AUTORIZAÇÃO PARA TRATAMENTO. QUIMIOTERAPIA. CLÁUSULA CONTRATUAL CONTROVERTIDA. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. PECULIARIDADE DO CASO CONCRETO. TRATAMENTO NÃO RECOMENDADO. PRETENSÃO DE REEMBOLSO DO CUSTEIO DO TRATAMENTO PELA AGRAVANTE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte entende que, quando a situação experimentada não tem o condão de expor a parte a dor, vexame, sofrimento ou constrangimento perante terceiros, não há falar em dano moral, uma vez que se trata de circunstância a ensejar mero aborrecimento ou dissabor, mormente quando o mero descumprimento contratual, embora tenha acarretado aborrecimentos, não gerou maiores danos ao recorrente.

2. No caso, o Tribunal de origem, mediante análise do contexto fático-probatório dos autos, entendeu não estarem presentes elementos que configurem danos morais a serem indenizados, pois não houve demonstração de nenhum gravame às condições de saúde da recorrente, tampouco a demonstração de que houve transtornos adicionais para a obtenção do dinheiro necessário ao custeio do tratamento, além de a recusa ter decorrido de cláusula contratual controvertida e de tratamento dispensável para a cura da paciente.

3. Desse modo, a reversão do julgado afigura-se inviável para esta eg. Corte de Justiça, tendo em vista a necessidade de reexame do contexto fático-probatório dos autos, providência, todavia, incabível, a atrair a incidência da Súmula 7/STJ, o que impede o conhecimento do recurso especial tanto pela alínea "a" quanto pela alínea "c" do permissivo constitucional.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1635534/PR, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 21/2/2017, DJe 14/3/2017)

No caso dos autos, o Tribunal de origem concluiu pela inexistência de danos morais, sob a tese de que houve mero desentendimento contratual (fl. 331):

Assiste-se hoje à banalização do instituto; qualquer problema contratual não faz exsurgir, automaticamente, o direito à percepção de indenização que tal. Sofreu a parte Autora revés com a negativa de cobertura, mas que logo foi reparada pelo

Superior Tribunal de Justiça

Judiciário, e o dano moral, afinal, deve ser excepcionado quando as circunstâncias indicam conseqüências bastante sérias como resultado do ato, coisa que aqui não ocorreu.

Disso decorre que não há que se falar na maltratada figura, que nos tempos que correm virou panaceia para qualquer problema, exatamente como aqui, onde nem sequer houve a prática de ato ilícito pela Ré, senão mero desentendimento contratual. Logo, tal condenação há que ser afastada, para se não poder errar a verdade.

Desse modo, estando a decisão recorrida em conformidade com a orientação jurisprudencial desta Corte, nos termos já declinados, é inviável o provimento do recurso especial, nos termos da Súmula 83/STJ, aplicável tanto ao permissivo constitucional da alínea *a* quanto ao da alínea *c*.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários advocatícios devidos ao procurador da parte recorrida em 1% (um por cento).

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator